

ANEXO I DO EDITAL N.º 14.001/2026 – ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

QUESTÃO 01

Considere que, durante as visitas domiciliares em sua microárea de abrangência, o ACS, identifica uma residência onde coabitam três gerações: uma idosa de 74 anos com diagnóstico de Hipertensão Arterial Sistêmica, com histórico de não adesão à medicação, uma jovem gestante no segundo trimestre de gravidez que ainda não iniciaram o pré-natal, e uma criança de 4 anos. Além disso, no quintal dessa residência, o ACS observa a presença de recipientes destampados com acúmulo de água da chuva.

Com base nas diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e nas competências do ACS, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que conceitue brevemente "microárea de abrangência" e explique a importância do mapeamento para o planejamento das ações de saúde; identifique as três principais situações de risco/vulnerabilidade presentes no caso relatado e, por fim, aponte quais ações imediatas e ferramentas de trabalho devem ser adotadas pelo ACS, tanto no domicílio quanto junto à equipe de Saúde da Família, para o enfrentamento dos problemas identificados.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O candidato ideal deve estruturar sua resposta abordando os três tópicos solicitados com clareza técnica e termos alinhados ao edital.

1. Conceituação de Microárea e Mapeamento

Esperado: O candidato deve definir a microárea como o espaço geográfico delimitado sob a responsabilidade específica de um ACS, que engloba um conjunto de famílias residentes. Deve explicar que o mapeamento é uma ferramenta essencial de territorialização que permite visualizar barreiras de acesso, a demografia local e as vulnerabilidades, servindo de base para o planejamento estratégico e prioritário das visitas domiciliares da equipe.

2. Identificação das Situações de Risco

Esperado: O candidato deve extrair do texto três riscos principais:

- Risco Cardiovascular/Idoso: A idosa de 74 anos com hipertensão e baixa adesão ao tratamento medicamentoso (risco de complicações graves como AVC ou infarto).*
- Risco Materno-Infantil: A gestante no segundo trimestre sem acompanhamento de pré-natal (descumprimento das diretrizes de saúde da mulher e risco para o binômio mãe-filho).*
- Risco Ambiental/Epidemiológico: O acúmulo de água limpa e parada no quintal, que configura criadouro potencial para o mosquito Aedes aegypti, vetor de arboviroses como Dengue, Zika e Chikungunya (colocando em risco os moradores e o entorno).*

3. Ações Imediatas e Ferramentas de Trabalho

No Domicílio (Educação em Saúde e Orientação):

- Orientar e conscientizar a idosa e a família sobre a importância do uso correto dos anti-hipertensivos.*
- Sensibilizar a gestante sobre a urgência de iniciar as consultas de pré-natal e verificar a caderneta de vacinação da criança de 4 anos.*
- Realizar ações de eliminação do foco de água parada junto aos moradores e dar orientações de saúde ambiental para prevenção da dengue.*

Junto à Equipe de Saúde da Família (Intersetorialidade e Planejamento):

- Utilizar as fichas de cadastramento/visita para registrar a situação.*
- Reportar imediatamente o caso ao enfermeiro supervisor durante a reunião de equipe para agendamento de consulta médica/de enfermagem prioritária para a gestante e para a idosa (busca ativa).*
- Se necessário, propor uma visita domiciliar conjunta (médico/enfermeiro) para o manejo da idosa hipertensa.*

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO JÚNIOR

QUESTÃO 01

A improbidade administrativa constitui violação aos princípios da Administração Pública e compromete a ética, a legalidade e a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Considerando a legislação vigente sobre o tema, especialmente a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde o conceito de improbidade administrativa; os princípios da Administração Pública que podem ser violados; as possíveis sanções aplicáveis aos agentes públicos e a importância da atuação ética no serviço público.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A improbidade administrativa consiste na prática de atos ilegais ou contrários aos princípios que regem a Administração Pública, cometidos por agentes públicos ou por terceiros que se beneficiem dessas condutas. Prevista na Lei nº 8.429/1992, essa prática compromete a integridade da gestão pública e causa prejuízos à sociedade.

Os atos de improbidade podem resultar em enriquecimento ilícito, danos ao erário ou violação aos princípios administrativos. Entre os princípios mais afetados estão a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e

a eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Quando esses princípios são desrespeitados, há prejuízo à transparência e à confiança da população nas instituições públicas.

A legislação estabelece diversas sanções para os responsáveis por atos de improbidade, que variam conforme a gravidade da conduta. Entre elas, destacam-se a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos, o ressarcimento integral do dano, a aplicação de multa civil e a proibição de contratar com o poder público.

Diante disso, torna-se fundamental que os agentes públicos atuem com ética, responsabilidade e compromisso com o interesse coletivo. A conduta ética no serviço público é essencial para prevenir irregularidades, garantir a correta aplicação dos recursos públicos e fortalecer a confiança da sociedade na Administração Pública.

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

QUESTÃO 01

Durante uma visita domiciliar de rotina em um bairro com histórico de alta infestação pelo mosquito *Aedes aegypti*, um Agente de Combate a Endemias (ACE) depara-se com um imóvel residencial cujo quintal apresenta grande acúmulo de resíduos sólidos (garrafas pet, pneus inservíveis e latas), além de uma caixa d'água de grande porte totalmente destampada. O morador recusa-se inicialmente a permitir ações químicas de controle no local, alegando preocupação com a saúde de seus animais de estimação.

Considerando as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue e as atribuições legais da profissão, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que identifique e classifique os tipos de criadouros encontrados na situação descrita e disserte sobre a diferença e a prioridade entre o controle mecânico e o controle químico nesse cenário específico; explique de que forma o controle biológico e o controle legal poderiam ser aplicados ou articulados pelo município como estratégias complementares ao manejo do vetor na localidade desse imóvel e, por fim, discorra sobre a conduta técnica e ética que o ACE deve adotar diante da recusa do morador, abordando a relevância da Educação em Saúde e a necessidade de articulação com a Atenção Básica para a resolução do caso.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O candidato ideal deve estruturar sua resposta abordando os três tópicos solicitados com clareza técnica e termos alinhados ao edital.

Item 1: Avaliação de Risco e Manejo Ambiental

- Identificou a caixa d'água como depósito de armazenamento de água (ou Tipo A / A2).
- Identificou os resíduos sólidos (garrafas, pneus e latas) como depósitos de lixo, resíduos sólidos ou passíveis de eliminação/remoção (ou Tipo D / D2).
- Diferença entre os Controles: Explicou que o controle mecânico consiste na remoção física ou barreiras (limpar, tampar, recolher), enquanto o controle químico utiliza larvicidas/inseticidas.
- Prioridade Técnica: Afirmou que a prioridade absoluta é o controle mecânico. O controle químico não deve ser usado no lixo eliminável (Tipo D) e só seria justificável na caixa d'água (Tipo A) se o tamponamento fosse temporariamente inviável.

Item 2: Controle Vetorial Integrado

- Aplicação do Controle Biológico: Explicou que envolve o uso de organismos vivos ou derivados (como a bactéria *Bti* ou peixes larvófagos) para eliminar as larvas, funcionando como alternativa ou complemento ao manejo.
- Aplicação/Articulação do Controle Legal: Demonstrou que o município pode usar o poder de polícia administrativa (notificações, multas ou entrada compulsória por risco à saúde pública, conforme a Lei Federal nº 13.301/16) diante de focos persistentes, ressaltando que o ACE relata o caso para que os órgãos competentes apliquem a lei.

Item 3: Atribuições e Educação em Saúde

- Conduta Técnica e Ética diante da Recusa: Indicou que o ACE não deve ser impositivo nem abandonar o caso. Deve registrar a recusa formalmente no boletim/relatório de campo e tentar o diálogo para reverter a situação.
- Relevância da Educação em Saúde: Explicou que o ACE deve usar a comunicação para esclarecer o morador sobre o ciclo do mosquito e frisar que as ações prioritárias ali são mecânicas (não afetam os animais), buscando a adesão voluntária.
- Articulação com a Atenção Básica: Explicitou a necessidade de integrar as informações com a equipe de Atenção Básica (como os Agentes Comunitários de Saúde - ACS), que possuem maior vínculo com a comunidade, para uma abordagem conjunta e eficaz.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS EDUCADOR EM SAÚDE

QUESTÃO 01

As Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses recomendam a utilização da estratificação de risco para direcionar as ações de vigilância e controle vetorial. Com base nisso, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que explique a finalidade da estratificação de risco e como ela pode

contribuir para o planejamento das atividades do ACE no território.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A estratificação de risco é uma ferramenta utilizada para identificar e classificar as áreas do território conforme o potencial de ocorrência, manutenção e transmissão das arboviroses, considerando indicadores epidemiológicos, entomológicos, ambientais e sociais. Sua principal finalidade é reconhecer as áreas prioritárias que apresentam maior risco para a proliferação do Aedes aegypti e para a ocorrência de surtos e epidemias.

Essa estratégia contribui diretamente para o planejamento das atividades do ACE, pois permite organizar as ações de forma mais eficiente e racional. A partir da estratificação, o agente pode direcionar as visitas domiciliares, intensificar a busca e eliminação de criadouros, realizar o tratamento focal quando indicado e priorizar pontos estratégicos e imóveis especiais localizados nas áreas de maior risco.

Além disso, a estratificação auxilia na definição da frequência das visitas, na distribuição das equipes, no planejamento de mutirões de limpeza, nas ações de educação em saúde e na articulação com outros setores da gestão pública. Dessa forma, os recursos humanos e materiais são utilizados de maneira mais adequada, aumentando a efetividade das ações de vigilância e controle vetorial.

Portanto, a estratificação de risco é fundamental para orientar a tomada de decisão, fortalecer a vigilância em saúde e contribuir para a redução da densidade do vetor e da transmissão das arboviroses no território.

CARGO: ASSISTENTE CONTÁBIL JÚNIOR

QUESTÃO 01

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são estruturadas para garantir a transparência, a comparabilidade e a evidenciação fidedigna das contas públicas. Dentre os demonstrativos obrigatórios, destacam-se três: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

Considerando as características e as regras de elaboração desses demonstrativos dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde, obrigatoriamente: O impacto e o reflexo do superávit financeiro de exercícios anteriores na coluna de previsão e dotação atualizada do Balanço Orçamentário, explicando a razão de um aparente desequilíbrio; as duas formas (modos) de apuração do resultado financeiro no Balanço Financeiro e por que uma variação positiva ou negativa no caixa não é sinônimo direto de eficiência ou ineficiência da gestão e a finalidade da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), a forma de apuração do seu resultado e a sua diferenciação conceitual em relação à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Introdução

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) buscam padronizar a evidenciação e permitir a consolidação das contas públicas sob os enfoques orçamentário, financeiro e patrimonial. Cada demonstrativo cumpre um papel específico na prestação de contas (accountability), possuindo regras próprias de conciliação e interpretação que refletem a dinâmica da administração pública.

Desenvolvimento

a) No Balanço Orçamentário, a utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais pode gerar um aparente desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa. Isso ocorre porque o superávit financeiro não é receita do exercício de referência (já foi computado no passado), mas constitui disponibilidade para gastos novos. Assim, ele é evidenciado no campo "Saldos de Exercícios Anteriores", de modo que o equilíbrio se verifica somando-se esse saldo à receita prevista e confrontando o montante com a despesa fixada atualizada.

b) No que tange ao Balanço Financeiro, o resultado financeiro do exercício pode ser calculado por dois modos: o primeiro confronta diretamente o "Saldo para o Exercício Seguinte" menos o "Saldo do Exercício Anterior"; o segundo soma todos os ingressos (receitas orçamentárias, transferências e movimentações recebidas e recebimentos extraorçamentários) e subtrai todos os dispêndios (despesas orçamentárias, transferências e movimentações concedidas e pagamentos extraorçamentários). Uma variação positiva não reflete necessariamente um bom desempenho, pois pode derivar do aumento do endividamento público. Inversamente, uma variação negativa pode indicar apenas a redução de dívidas, exigindo análise conjunta com o Balanço Patrimonial.

c) Por fim, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem por finalidade evidenciar as modificações qualitativas e quantitativas do patrimônio, apurando o resultado patrimonial pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD). Diferente da DRE do setor privado, que busca medir o lucro ou prejuízo líquido como indicador de desempenho financeiro, o resultado na DVP do setor público funciona como um termômetro de como a oferta dos serviços públicos promoveu alterações quantitativas nos elementos do patrimônio.

Conclusão

Depreende-se, portanto, que a compreensão das DCASP exige a dissociação de conceitos puramente privados ou meramente matemáticos de equilíbrio. A integração dessas três demonstrações confere uma visão sistêmica e

fidedigna sobre a conformidade orçamentária, a saúde financeira do fluxo de caixa e a sustentabilidade das políticas públicas no patrimônio do ente.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Válido para o exercício de 2025/2026. 11. ed. Brasília: STN, 2025. PARTE V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Disponível em < <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/51045> >.

CARGO: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL JÚNIOR

QUESTÃO 01

A saúde da população brasileira enfrenta diversos desafios, como doenças crônicas, doenças transmissíveis, problemas relacionados à saúde bucal, falta de saneamento básico, sedentarismo e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Diante desse cenário, ações preventivas, educativas e assistenciais tornam-se fundamentais para a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida da população.

Com base em seus conhecimentos e na reflexão sobre o tema, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, abordando os principais problemas de saúde que afetam a população e apresentando possíveis meios de intervenção para sua prevenção e controle.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Os principais problemas de saúde da população brasileira decorrem da interação entre fatores biológicos, sociais, econômicos e ambientais. Entre os agravos mais prevalentes se destacam as doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão arterial, diabetes mellitus, obesidade e doenças cardiovasculares, além dos transtornos mentais, das doenças infecciosas associadas à precariedade do saneamento básico e dos problemas de saúde bucal, especialmente a cárie dentária e a doença periodontal. Tais condições afetam a qualidade de vida da população e geram elevada demanda pelos serviços públicos de saúde.

Embora o Sistema Único de Saúde represente uma das mais importantes políticas públicas do país, sua efetividade ainda enfrenta desafios relacionados às desigualdades regionais, ao financiamento, à gestão dos serviços e à garantia do acesso oportuno e integral à assistência. Nesse cenário, a Rede de Atenção à Saúde desempenha papel fundamental ao promover a articulação entre os diferentes níveis de atenção, assegurando a continuidade do cuidado e a integralidade das ações voltadas à população.

Na área odontológica, a Política Nacional de Saúde Bucal fortaleceu a inserção das equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família, ampliando as ações preventivas, educativas e assistenciais. Além do atendimento clínico, são desenvolvidas atividades coletivas, como escovação dental supervisionada, aplicação tópica de flúor, educação em saúde nas escolas, identificação precoce de fatores de risco e acompanhamento de grupos prioritários. Essas ações contribuem para a redução da incidência de doenças bucais e para a promoção da saúde de forma integrada. Nesse contexto, o Auxiliar em Saúde Bucal exerce funções essenciais para a efetivação das ações de saúde coletiva. Sua atuação inclui a organização do ambiente de trabalho, o processamento de materiais, o apoio aos procedimentos clínicos, a participação em atividades educativas e o incentivo ao autocuidado. Além disso, sua inserção nas equipes multiprofissionais favorece a aproximação entre os serviços de saúde e a comunidade, ampliando o alcance das estratégias preventivas.

Portanto, o enfrentamento dos principais problemas de saúde exige políticas públicas capazes de atuar sobre os determinantes sociais da saúde, fortalecer a Rede de Atenção à Saúde e consolidar as ações previstas na Política Nacional de Saúde Bucal. A integração entre gestão, profissionais e comunidade é indispensável para garantir os princípios de universalidade, integralidade e equidade, promovendo melhores condições de saúde e qualidade de vida para toda a população.

CARGO: TÉCNICO EM AGRICULTURA JÚNIOR

QUESTÃO 01

Os defensivos agrícolas desempenham papel importante na proteção das culturas contra pragas, doenças e plantas daninhas. Nos últimos anos, os defensivos biológicos ganharam destaque como alternativa ou complemento aos defensivos químicos tradicionais, em razão das preocupações relacionadas à sustentabilidade ambiental, à segurança alimentar e à preservação dos recursos naturais. Considerando esse contexto, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que conceitue defensivos biológicos e defensivos químicos, destacando suas principais características; Apresente vantagens e limitações do uso de cada um desses métodos no controle fitossanitário e, por fim, discuta a importância do manejo integrado de pragas (MIP) e a possibilidade de utilização conjunta de defensivos biológicos e químicos para promover a produtividade agrícola e a sustentabilidade ambiental.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Os defensivos biológicos são agentes ou produtos de base biológica empregados no controle de pragas e doenças, podendo envolver microrganismos, como fungos, bactérias e vírus, além de organismos benéficos ou seus derivados. Caracterizam-se, em geral, por maior seletividade e menor impacto sobre organismos não alvo. Os defensivos químicos, por sua vez, são produtos constituídos por substâncias químicas utilizados no controle de pragas, doenças e plantas daninhas, destacando-se pela eficiência e, frequentemente, pela rapidez de ação.

Os biológicos apresentam como vantagens a maior seletividade, a preservação de inimigos naturais, menor impacto ambiental e contribuição para sistemas agrícolas sustentáveis. Entretanto, podem apresentar ação mais lenta e eficiência dependente de fatores ambientais, como temperatura e umidade, além de exigirem condições adequadas de armazenamento e aplicação. Os químicos apresentam elevada eficiência, rapidez e praticidade, porém seu uso inadequado ou repetitivo pode selecionar organismos resistentes, afetar organismos não alvo, gerar resíduos e aumentar os riscos de contaminação ambiental.

O Manejo Integrado de Pragas (MIP) é fundamental por utilizar o monitoramento e critérios técnicos para a tomada de decisão, integrando diferentes métodos de controle. Nesse sistema, defensivos biológicos e químicos podem ser utilizados conjuntamente, desde que sejam observados aspectos como compatibilidade, seletividade e momento adequado de aplicação. A integração reduz a dependência exclusiva do controle químico, auxilia no manejo da resistência e favorece a preservação de organismos benéficos. Dessa maneira, o MIP permite conciliar controle fitossanitário eficiente e produtividade agrícola com redução dos impactos ambientais e maior sustentabilidade.

CARGO: TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO JÚNIOR

QUESTÃO 01

As etapas de recebimento e armazenamento de insumos são fundamentais para garantir a qualidade dos produtos produzidos. O recebimento de matérias-primas é uma etapa fundamental para garantir a qualidade e a segurança dos alimentos.

Pensando nisso, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que descreva os principais aspectos que devem ser avaliados durante o recebimento de matérias-primas e ingredientes em uma UAN (unidade de alimentação e nutrição).

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O recebimento de matérias-primas e ingredientes em uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) deve ser realizado de forma criteriosa, a fim de garantir a qualidade e a segurança dos alimentos. Nesse processo, deve-se verificar inicialmente a integridade das embalagens, observando a ausência de amassados, rasgos, furos, vazamentos, estufamentos ou sinais de violação.

Também é necessário conferir o prazo de validade dos produtos, assegurando que estejam dentro do período adequado para utilização. Nos alimentos refrigerados e congelados, deve-se verificar a temperatura no momento do recebimento, de modo a garantir a manutenção das condições adequadas de conservação.

As condições do veículo transportador também devem ser avaliadas, considerando aspectos relacionados à higiene, conservação e adequação do transporte dos alimentos. Além disso, é importante realizar a avaliação das características sensoriais dos produtos, como cor, odor, textura e aparência, identificando possíveis alterações que indiquem deterioração.

Por fim, devem ser observados sinais de contaminação, sujidades, mofo ou presença de pragas, como insetos e roedores. Dessa forma, a avaliação adequada das matérias-primas no recebimento contribui para prevenir riscos à saúde dos consumidores e assegurar a qualidade dos alimentos produzidos na UAN.

CARGO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO JÚNIOR

QUESTÃO 01

A interação diária dos colaboradores com seus postos de trabalho e a dinâmica de execução das tarefas exigem um olhar atento da equipe de Segurança do Trabalho. Compreender as particularidades ergonômicas presentes na rotina produtiva é uma etapa indispensável para o mapeamento de vulnerabilidades operacionais e para a manutenção de um espaço laboral seguro.

Com base nisso, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que explique o que são riscos ergonômicos e, por fim, apresente duas medidas que podem ser adotadas para evitar esses riscos nas atividades do trabalhador.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Os tópicos solicitados para a prova discursiva são: o conceito de risco ergonômico e a apresentação de duas medidas de prevenção ou ajuste.

Conceito de Riscos Ergonômicos: O candidato deve explicar que são os fatores que podem afetar a integridade física ou mental do trabalhador, proporcionando-lhe desconforto ou doença.

Medidas de Prevenção/Ajuste: O candidato deve apresentar duas das seguintes medidas (ou similares): melhoria no processo de trabalho, melhores condições no local de trabalho, modernização de máquinas e equipamentos, melhoria no relacionamento entre as pessoas, alteração no ritmo de trabalho, adoção de ferramentas adequadas, ou incentivo à postura adequada.

Fonte: https://fiocruz.br/biosseguranca/Bis/virtual%20tour/hipertextos/up1/riscos_ergonomicos.html

CARGO: PROFESSOR – NÍVEL I
QUESTÃO 01

Considere a seguinte situação hipotética a seguir e, então, responda ao que for proposto.

João e Maria são gêmeos, têm quatro anos de idade e são filhos de Cleusa e Aldemar. Como atingiram a idade para a matrícula obrigatória na educação básica, os pais, atentos à legislação (art. 6º, LDB), colocaram os filhos na Escola Municipal Maria Montessori, no Município de Foz do Iguaçu. Porém, Cleusa e Aldemar, que são professores da rede estadual, perceberam que os filhos apresentavam altas habilidades, de modo que os matricularam em diversas atividades, como natação, futebol, ballet e inglês. Dois meses após João e Maria terem ingressado na Escola Municipal Maria Montessori eles receberam o laudo de altas habilidades por parte de profissionais externos à instituição de ensino. Com o laudo em mãos, Cleusa e Aldemar foram à escola e explicaram que gostariam que os filhos fizessem parte do atendimento educacional especializado da instituição, bem como tivessem um currículo que atendesse às suas necessidades. Porém, o casal de professores recebeu de devolutiva que quem possui altas habilidades não faz parte do público-alvo da educação especial e, portanto, não pode receber um currículo diferente dos demais alunos, pois o objetivo da escola é priorizar a homogeneização das diferenças.

Diante do caso acima, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que responda: Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quem faz parte do público-alvo da educação especial? É possível a flexibilização curricular para quem possui altas habilidades? Quais direitos são possíveis de mencionar segundo a LDB? A atitude de homogeneização das diferenças é uma postura condizente com a educação inclusiva?

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Quanto à primeira pergunta:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Quanto à segunda:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Quanto à terceira:

A atitude dos profissionais da Escola Municipal Maria Montessori é o contrário do que preconiza a legislação quanto à inclusão, bem como contrária aos estudos majoritários sobre o assunto, que visam sempre compreender a pluralidade existentes no universo escolar.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL JÚNIOR

QUESTÃO 01

Lúcia, Assistente Social do órgão gestor, na condição de diretora da proteção social básica, observou entre os membros das equipes técnicas dos 5 (cinco) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), no município de Santina no Paraná, a presença de profissionais negros. Em visita às unidades, presenciou em vários momentos, atitudes racistas, que por vezes em “tom de brincadeira” eram naturalizadas pelos trabalhadores do CRAS.

Considerada a situação hipotética apresentada, bem como os valores éticos do Serviço Social, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que apresente e justifique uma proposta de intervenção profissional que possibilite a Assistente Social Lúcia enfrentar a situação descrita.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Sumário da Proposta:

A proposta de intervenção do Serviço Social consiste na proposição em formação de grupos de estudos sobre a questão étnico racial, envolvendo as equipes dos 5 CRAS. Nos encontros quinzenais será proposta a leitura reflexiva de textos, que possibilite apreender o racismo estrutural no contexto histórico do Brasil, suas expressões e formas de manifestação nas relações sociais e institucionais, possibilitando a equipe espaços de reflexão, desnaturalização das relações de preconceitos e a construções de relações de trabalho para além da discriminação étnico racial.

Justificativa

No Serviço Social entre os valores éticos orientadores do exercício profissional está o compromisso com o enfrentamento a todo e qualquer tipo de preconceito, entre os quais se coloca aquele decorrente da discriminação étnico racial. Com base nesse valor ético, considera-se que as relações de trabalho, permeadas por relações de preconceito étnico racial reitera-se que não cabe ao Assistente Social em seu exercício profissional se calar, em uma atitude de convivência, já que isso iria contra os valores éticos da profissão. Diante disso, a partir das reiteradas situações observadas de relações preconceituosas, nas visitas aos CRAS, cabe a Lúcia a proposição de medida interventiva no sentido de contribuir para o reconhecimento do preconceito nas relações de trabalho, bem como para sua desconstrução em busca de um ambiente de trabalho mais respeitoso em relação às diversidades humanas.

Objetivos:

Objetivo geral: contribuir com o reconhecimento e o desvelar de preconceitos presentes nas relações de trabalho nos CRAS do município de Santina no Paraná.

Objetivo específico: estudar sobre o racismo estrutural e seus rebatimentos nas relações sociais e institucionais; contribuir com o reconhecimento e a desconstrução do racismo nas relações sociais e institucionais.

Metas:

Realizar ao longo de 6 meses, 12 grupos de estudos abrangendo a totalidade da equipe técnica dos CRAS.

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO EM TURISMO JÚNIOR

QUESTÃO 01

Com base em seus conhecimentos, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que verse sobre a automação nos serviços de turismo e a reconfiguração das relações de trabalho e atendimento.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O Candidato deverá discorrer rapidamente:

1-O que é automação no turismo, o uso de tecnologias para realizar tarefas de forma automática, como reservas online, check-in digital, atendimento via chatbots e sistemas inteligentes de recomendação.

2-Benefícios para os turistas e empresas, a automação significa facilidade na organização da viagem, acesso rápido a informações e suporte imediato, mesmo fora do horário comercial. Para as empresas, a automação reduz custos operacionais, otimiza o atendimento e permite focar em experiências personalizadas, aumentando a satisfação do cliente.

3-Impactos na mão de obra e na relação de trabalho, algumas funções tradicionais no turismo tendem a desaparecer, enquanto outras surgem, como o gerenciamento de sistemas tecnológicos. Isso exige dos trabalhadores constante atualização e qualificação para acompanhar as novas demandas do mercado.

4-Desafios e limites da automação, vantagens, a automação enfrenta desafios, como a substituição do contato humano, que ainda é essencial em muitas situações, e a necessidade de garantir a segurança dos dados dos usuários. Além disso, nem todos os públicos estão adaptados ao uso intensivo de tecnologias.

5- Na conclusão: A automação no setor de turismo representa uma oportunidade de modernização e eficiência, impactando positivamente o atendimento e a oferta de serviços. No entanto, é fundamental equilibrar a tecnologia com a presença humana para preservar a qualidade das experiências turísticas e a valorização dos profissionais do setor.

CARGO: BIÓLOGO JÚNIOR

QUESTÃO 01

Leia atentamente os textos a seguir.

TEXTO 1

“Em 2026, o debate sobre espécies exóticas invasoras no Brasil se intensificou com a adoção de medidas mais rigorosas de controle em diversos biomas, como Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. Destacam-se ações como o controle de javalis e peixes exóticos, além de medidas institucionais que incluem abate controlado, remoção de indivíduos, recolhimento de animais mantidos ilegalmente e restrições ao comércio [...]” [...] “Para organizar o manejo desse problema, o Brasil conta com instrumentos como as listas nacionais de espécies exóticas invasoras elaboradas e atualizadas por órgãos como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Essas listas vêm sendo revisadas ao longo dos últimos anos e reúnem espécies de diversos grupos biológicos, servindo como base legal e técnica para ações de controle, pesquisa, fiscalização e campanhas de educação ambiental em todo o território brasileiro.”

Fonte: <https://revistaeste.com/oestegeral/2026/04/26/estas-sao-as-especies-invasoras-que-existem-no-brasil-lista-oficial-2026/>

TEXTO 2

Espécies exóticas invasoras são organismos introduzidos fora de sua área natural por ação humana que conseguem se estabelecer, reproduzir e se espalhar. Sua ocorrência tem aumentado devido à intensificação do transporte, comércio, viagens e turismo entre regiões. O manejo de espécies exóticas invasoras pode ser definido como uma série de estratégias as quais têm relação com as diferentes etapas do processo de invasão biológica, incluindo medidas de prevenção e controle (erradicação).

Fonte: Relatório Temático Sobre Espécies Exóticas Invasoras, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos; Deste modo, as espécies exóticas invasoras representam uma das principais ameaças à biodiversidade global, podendo causar impactos ecológicos, econômicos e sociais significativos. Nesse contexto, considerando os desafios envolvidos no manejo dessas espécies, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que explique quais são os principais obstáculos para o controle de espécies exóticas invasoras e apresente possíveis soluções ou estratégias que podem ser adotadas para minimizar seus impactos.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

As espécies exóticas invasoras (EEl)s representam um grande desafio para a gestão ambiental, envolvendo aspectos ecológicos, sociais, econômicos e institucionais. Entre os principais desafios para o seu controle, destacam-se os conflitos de interesse, limitações técnicas, falhas de governança e baixa conscientização pública.

Um dos principais obstáculos está relacionado aos conflitos de interesse, especialmente quando as espécies foram introduzidas intencionalmente. Nessas situações, determinados grupos sociais ou setores econômicos se beneficiam dessas espécies, enquanto os impactos negativos e os custos de controle são distribuídos para toda a sociedade. Além disso, espécies consideradas carismáticas ou de valor afetivo, como animais de estimação ou primatas, frequentemente geram resistência da opinião pública às ações de manejo, dificultando medidas como erradicação ou controle populacional.

Outro desafio relevante é a falta de conhecimento e percepção da população sobre os impactos das EEl)s. O desconhecimento favorece novas introduções, como no caso de aquarófilia, pesca esportiva, paisagismo e comércio de animais exóticos, além de dificultar o apoio às ações de controle. Essa baixa conscientização também contribui para o abandono e soltura de espécies, agravando o problema.

Do ponto de vista técnico e ecológico, destaca-se que o controle se torna mais difícil e custoso à medida que a invasão avança, sendo a erradicação viável apenas em estágios iniciais, quando as populações ainda são pequenas. Além disso, há limitações metodológicas, como a escassez de técnicas eficazes para determinados grupos (especialmente em ambientes aquáticos) e os riscos associados a métodos como controle químico e biológico.

No âmbito institucional, observa-se a falta de padronização, regulamentação e capacitação dos órgãos ambientais, além de entraves burocráticos que dificultam a implementação de ações. Também há conflitos com setores produtivos, como aquicultura, pesca e exploração de recursos naturais, que podem resistir a medidas preventivas e de controle.

Diante desses desafios, diversas soluções podem ser adotadas. A principal estratégia é a prevenção, baseada no Princípio da Precaução, por meio de regulamentações, fiscalização e controle de introduções. Sistemas de detecção precoce e resposta rápida são fundamentais para possibilitar a erradicação em fases iniciais da invasão.

Quando a erradicação não é possível, devem ser aplicadas ações de controle integrado, combinando métodos mecânicos, químicos e biológicos, além de novas tecnologias, como ferramentas genéticas. Essas ações devem ser contínuas, visando reduzir a densidade populacional e conter a dispersão. Outro eixo fundamental é o engajamento social, por meio da educação ambiental, comunicação eficaz e participação pública. A sensibilização da população pode reduzir novas introduções, aumentar o apoio às ações de manejo e favorecer iniciativas como ciência cidadã e monitoramento participativo.

Por fim, é essencial fortalecer a governança ambiental, com integração entre setores, padronização de normas, capacitação institucional e incentivo ao uso de espécies nativas como alternativas econômicas e ecológicas. O enfrentamento das espécies exóticas invasoras exige uma abordagem integrada, preventiva e participativa, combinando ciência, políticas públicas e envolvimento da sociedade.

Fonte: baseado no Relatório Temático Sobre Espécies Exóticas Invasoras, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. <https://www.bpb.es.net/wp-content/uploads/2024/02/Relatorio-Tematico-Sobre-Especies-Exoticas-Invasoras.pdf>

Fontes complementares:

<https://revistaeste.com/oestegeral/2026/04/26/estas-sao-as-especies-invasoras-que-existem-no-brasil-lista-oficial-2026/>

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/especies-exoticas-invasoras-o-que-sao-e-por-que-ameacam-a-biodiversidade-brasileira>

CARGO: CONTADOR JÚNIOR

QUESTÃO 01

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é o principal instrumento de padronização contábil para os entes federativos, permitindo a consolidação das contas públicas nacionais e garantindo a transparência na gestão dos recursos municipais. Para que os demonstrativos de uma Prefeitura Municipal reflitam com fidedignidade a sua situação fiscal, a escrituração diária deve seguir rigorosos mecanismos de controle sistêmico.

Considerando as diretrizes descritas na 11ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde, obrigatoriamente: a segregação das contas contábeis segundo as três naturezas da informação contábil (patrimonial, orçamentária e de controle), explicitando a finalidade principal de cada natureza e associando-as detalhadamente às suas respectivas classes de contas (de 1 a 8); A regra de integridade que rege os lançamentos contábeis pelo método das partidas dobradas, explicando a limitação técnica imposta ao relacionamento entre contas de naturezas de informação distintas e a equação contábil utilizada para a conferência corrente de saldos patrimoniais durante o exercício, bem como o impacto do encerramento das contas de resultado no Balanço Patrimonial (BP) ao final do período financeiro.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Introdução

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estrutura-se na segregação de contas conforme as naturezas da informação contábil: patrimonial, orçamentária e de controle. Essa metodologia organiza os dados da gestão e garante a transparência e a consistência das demonstrações governamentais.

Desenvolvimento

a) A natureza patrimonial evidencia a composição e as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio, abrangendo as classes 1 (Ativo), 2 (Passivo e Patrimônio Líquido), 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD) e 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA). A natureza orçamentária registra o planejamento e a execução do orçamento por meio das classes 5 (Controles da Aprovação) e 6 (Controles da Execução). Já a natureza de controle mapeia os atos de gestão que possam afetar o patrimônio futuro e funções específicas de fiscalização, englobando as classes 7 (Controles Devedores) e 8 (Controles Credores).

b) A escrituração no PCASP exige estrita observância ao método das partidas dobradas, sob a premissa de que os lançamentos ocorram exclusivamente entre contas de mesma natureza de informação. Dessa forma, contas patrimoniais (classes 1 a 4) só transacionam entre si, vedando cruzamentos indevidos, como um débito no Ativo (classe 1) contraposto a um crédito na execução da receita (classe 6). Essa restrição previne inconsistências técnicas nos balancetes de verificação.

c) Para a validação e conferência dos saldos patrimoniais, adota-se a equação em que as contas de natureza devedora (Classe 1 + Classe 3) devem equivaler rigorosamente às de natureza credora (Classe 2 + Classe 4) durante o exercício financeiro. Ao encerramento do período, as contas de resultado (VPD e VPA) são encerradas e o saldo apurado é transferido para a conta de patrimônio líquido, fazendo com que o Balanço Patrimonial apresente a igualdade matemática exata entre o Ativo (classe 1) e o Passivo (classe 2).

Conclusão

Conclui-se que a harmonização entre a segregação das oito classes do PCASP, a estrita vedação ao cruzamento de naturezas nos lançamentos e a aplicação das equações de conferência formam um sistema integrado de controle. Essa sinergia garante que a execução orçamentária, os atos de controle e as variações patrimoniais sejam escriturados com fidedignidade, blindando os balancetes contra inconsistências técnicas e assegurando o encerramento do exercício com demonstrações contábeis perfeitamente validadas e transparentes.

REFERÊNCIA

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Válido para o exercício de 2025/2026. 11. ed. Brasília: STN, 2025. Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), Itens 3 (Estrutura do PCASP), 3.1 (Natureza da Informação Contábil), 3.5.1 (Lançamentos Contábeis) e 3.5.3 (Equações Contábeis). Disponível em < <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/51045> >.

CARGO: ECONOMISTA JÚNIOR

QUESTÃO 01

Nos últimos anos, a trajetória da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) tem evidenciado crescentes desafios fiscais no Brasil. Para exemplificar o cenário econômico desafiador, em 2025, a despesa com juros nominais ultrapassou a marca de R\$ 1 trilhão, em termos de com juros nominais pago em um exercício pelo governo. Nesse cenário de aperto monetário e déficits fiscais

recorrentes, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que explore como o conceito de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) ganha centralidade para o diagnóstico macroeconômico brasileiro. A redação deve contemplar, de forma articulada, a definição e abrangência do conceito de NFSP; a importância da NFSP e sua relação com a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP); como a NFSP pode indicar os impactos da trajetória fiscal para os objetivos de política do setor público, e, ao final, analise criticamente os desafios atuais da política fiscal brasileira à luz dos dados recentes.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Para a introdução, o(a) candidato(a) pode apresentar a definição de que a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) constitui o mais abrangente indicador de resultado fiscal no Brasil, mensurado mensalmente pelo Banco Central, e reflete o montante de recursos que o setor público consolidado não financeiro necessita captar junto ao setor privado, ao sistema financeiro e ao resto do mundo para cobrir a insuficiência de suas receitas em relação a seus dispêndios totais.

Para melhorar a definição, de forma acessório, o(a) candidato(a) pode fazer um contraponto entre NFSP X DLSP. Nesse contexto, a NFSP pode ser interpretada como uma variável de fluxo, que mede a variação do endividamento público ao longo de um determinado período. Enquanto, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) é uma variável de estoque que retrata o passivo acumulado. Com variável de fluxo, a NFSP funciona como um “termômetro” da dinâmica intertemporal das contas públicas.

Para falar da abrangência, o(a) candidato(a) pode adicionar que, no que tange à abrangência, o setor público consolidado não financeiro abrange o Governo Federal (incluindo Tesouro Nacional e Regime Geral da Previdência Social), os governos estaduais e municipais, além das empresas estatais não financeiras das três esferas, com a exclusão expressa da Petrobras e da Eletrobras, cujas operações são tratadas como setor financeiro para fins estatísticos. A apuração da NFSP também incorpora o Banco Central do Brasil, refletindo a consolidação das contas de toda a administração pública, o que exige uma rígida coordenação entre as políticas monetária, fiscal, creditícia e da dívida pública, conforme preconiza o Artigo 3º, inciso VII, da Lei 4.595/1964, que define as competências do Conselho Monetário Nacional.

O (a) candidato(a) pode avançar ao descrever a metodologia de cálculo. O Brasil adota um regime misto: as receitas totais e as despesas não financeiras (excluídos os juros) são apuradas pelo critério de caixa, enquanto os encargos financeiros (juros nominais) são apropriados pelo regime de competência. Essa escolha metodológica justifica-se porque o critério de caixa para o resultado primário evidencia com maior fidelidade o esforço fiscal efetivo do governo em determinado exercício, ao passo que a competência para os juros captura com precisão a real variação do passivo financeiro incorrido no período, independentemente de seu efetivo pagamento, conferindo maior transparência à variação patrimonial da dívida consolidada. Como pede-se somente a definição do conceito, o(a) candidato(a) não precisa descrever a diferenciação dos conceitos de NFSP nominal, primárias ou operacional.

Em relação ao Desenvolvimento, em que se apresenta a importância macroeconômica e relação com a conjuntura econômica atual, o(a) candidato(a) pode descrever que a NFSP Primária assume papel preponderante na sustentabilidade da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), uma vez que a dinâmica da relação dívida/PIB é diretamente influenciada pelo diferencial entre a taxa de juros real e a taxa de crescimento econômico. Para que a DLSP se estabilize como proporção do PIB, faz-se necessário que o resultado primário seja suficientemente superavitário para cobrir o hiato entre juros e crescimento ($r - g$). O(a) candidato(a) pode apoiar a sua análise em dados amplamente documentados no período recente (até 2025), em que a dívida bruta do setor público saltou de 73,5% do PIB em 2022 para 78,7% do PIB em 2025, o que equivale a aproximadamente R\$ 10 trilhões.

Esse cenário gera impactos diretos sobre a política monetária. Com a taxa Selic operando acima de 15% ao ano em 2025, o Banco Central se vê diante de um dilema: elevar os juros para conter a demanda e as expectativas de inflação, mas, ao fazê-lo, aumenta o custo de rolagem da dívida pública, realimentando o crescimento da NFSP Nominal e da DLSP. Tal dinâmica configura um risco de dominância fiscal, no qual a desconfiança sobre a trajetória da dívida pressiona os prêmios de risco, exigindo juros ainda mais altos, o que retroalimenta o ciclo vicioso. Os dados demonstram que, embora a arrecadação tenha batido recordes, o resultado primário não tem sido suficiente sequer para arrefecer a parcela dos juros, evidenciando a necessidade de um ajuste estrutural nas despesas obrigatórias e na rigidez orçamentária.

Em síntese, a NFSP, é um instrumento analítico indispensável para o diagnóstico da saúde fiscal brasileira. A NFSP permite avaliar com precisão se o governo está, de fato, contribuindo para a estabilização da dívida ou se está apenas transferindo o custo do endividamento para o futuro. No atual estágio da economia brasileira, o persistente diferencial positivo de juros sobre o crescimento, aliado ao recorde de despesas financeiras, sinaliza que, a DLSP continuará sua trajetória ascendente, restringindo a atuação do Banco Central e afetando o crescimento de longo prazo. Portanto, a coordenação virtuosa entre a política fiscal e a monetária, é o pilar essencial para reverter o atual quadro de fragilidade e restaurar a confiança dos agentes econômicos na sustentabilidade da dívida pública.

Fontes: Congresso Nacional, Glossário de Termos Orçamentários. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/necessidade-de-financiamento-do-setor-publico-nfsp>
Banco Central do Brasil. <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/7869-nfsp--piib---fluxo-acumulado-em-12-meses---resultado-primario---total---governo-federal-sem-ins>
Banco Central do Brasil. <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>

Tribunal de Contas da União <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-presidente/>

CARGO: ENFERMEIRO DO TRABALHO JÚNIOR

QUESTÃO 01

No contexto da Saúde do Trabalhador, o estudo dos agravos relacionados ao trabalho constitui importante ferramenta para identificação de riscos, planejamento de ações preventivas e promoção da saúde. Em uma indústria metalúrgica, o enfermeiro do trabalho identificou aumento no número de trabalhadores com queixas de lombalgia, afastamentos por transtornos ansiosos e ocorrência frequente de acidentes com materiais perfurocortantes. Considerando a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e os princípios da Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT), elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que conceitue agravos à saúde do trabalhador.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O candidato deve abordar que agravos à saúde do trabalhador são alterações, danos, doenças, acidentes ou sofrimentos físicos e mentais relacionados às condições, organização e processos de trabalho, capazes de comprometer a integridade e a capacidade laboral do trabalhador. A PNSTT reforça a relação entre trabalho e processo saúde-doença, com enfoque na vigilância e prevenção.

Elementos essenciais para pontuação:

- relação entre trabalho e adoecimento;
- danos físicos e/ou psíquicos;
- vínculo com ambiente/processo laboral.

a) *Cite e classifique os agravos apresentados no caso.*

Padrão de resposta esperada: O candidato deve identificar:

- *Lombalgia → agravo osteomuscular/ergonômico (podendo citar LER/DORT ou distúrbios musculoesqueléticos relacionados ao trabalho);*
- *Transtornos ansiosos → agravo psicossocial/mental relacionado ao trabalho;*
- *Acidentes com perfurocortantes → agravo/acidente de trabalho com exposição ao risco biológico e mecânico.*

Elementos essenciais:

- *correta identificação;*
- *classificação coerente;*
- *associação com fator de risco ocupacional.*

b) *Descreva três ações que o enfermeiro do trabalho pode implementar para investigação, prevenção e monitoramento desses agravos no ambiente laboral.*

Espera-se pelo menos três entre:

- *realizar investigação epidemiológica dos casos;*
- *notificar agravos nos sistemas de informação em saúde quando cabível;*
- *mapear riscos ocupacionais no ambiente;*
- *participar de análise ergonômica do trabalho;*
- *implementar ações educativas sobre segurança e saúde;*
- *promover treinamentos de prevenção de acidentes;*
- *monitorar indicadores de absenteísmo e adoecimento;*
- *propor adequações organizacionais e ambientais;*
- *articular ações multiprofissionais com SESMT e CIPA;*
- *desenvolver vigilância ativa em saúde do trabalhador (VISAT).*

CARGO: ENFERMEIRO JÚNIOR

QUESTÃO 01

A visita domiciliar é uma estratégia fundamental no acompanhamento em saúde, permitindo a identificação de fatores de risco ambientais e sociais que podem interferir no processo saúde-doença e na qualidade de vida do indivíduo e de sua família. Durante visita domiciliar a um trabalhador afastado por doença respiratória crônica, o enfermeiro identificou: presença de mofo e pouca ventilação no domicílio, acúmulo de lixo no quintal, uso de fogão a lenha em ambiente fechado e situação de vulnerabilidade social, com renda familiar insuficiente.

Considerando as atribuições do enfermeiro na atenção à saúde e os princípios da promoção e vigilância em saúde, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que identifique os fatores de risco ambientais e sociais presentes no caso.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O candidato deve identificar:

Ambientais:

- *presença de mofo;*
- *baixa ventilação;*
- *acúmulo de lixo;*
- *fumaça proveniente de fogão a lenha em ambiente fechado.*

Sociais:

- *vulnerabilidade socioeconômica;*
- *baixa renda familiar;*
- *possível dificuldade de acesso a recursos de saúde e condições adequadas de moradia.*

Elementos essenciais para pontuação:

- *distinção entre risco ambiental e social;*
- *identificação coerente com o caso.*

a) *Explique de que forma esses fatores podem impactar a saúde do trabalhador e de sua família.*

Espera-se que o candidato relacione:

- *mofo e ventilação inadequada → agravamento de doenças respiratórias, alergias e infecções;*
- *fumaça da combustão da lenha → exposição a poluentes, irritação respiratória e piora da doença crônica;*
- *lixo acumulado → proliferação de vetores e risco de doenças infecciosas;*
- *vulnerabilidade social → dificuldade de adesão ao tratamento, insegurança alimentar, piora das condições de saúde e aumento da exposição a riscos.*

Elementos essenciais:

- *nexo causal entre ambiente e adoecimento;*
- *visão ampliada dos determinantes sociais da saúde.*

b) *Descreva três orientações e três condutas que o enfermeiro deve adotar diante da situação apresentada.*

Orientações (espera-se pelo menos três):

- *orientar melhoria da ventilação dos ambientes;*
- *orientar remoção do mofo e controle da umidade;*
- *orientar manejo adequado de resíduos;*
- *orientar redução da exposição à fumaça (adaptação do fogão ou ventilação adequada);*
- *orientar sobre sinais de agravamento respiratório;*
- *reforçar adesão ao tratamento.*

Condutas (espera-se pelo menos três):

- *registrar os achados no prontuário;*
- *realizar avaliação clínica e monitoramento do trabalhador;*
- *encaminhar para assistência social diante da vulnerabilidade;*
- *acionar vigilância ambiental/sanitária se necessário;*
- *articular rede intersetorial (UBS, CRAS, equipe multiprofissional);*
- *programar retorno ou nova visita domiciliar;*
- *elaborar plano de cuidado individual/familiar.*

CARGO: ENGENHEIRO AGRIMENSOR JÚNIOR

QUESTÃO 01

Durante a execução de um levantamento topográfico planialtimétrico para implantação de uma obra de infraestrutura, a equipe responsável observou divergências significativas entre os valores obtidos em campo e os resultados esperados a partir de pontos de controle previamente estabelecidos. Após análise preliminar, verificou-se que parte dessas inconsistências poderia estar relacionada a erros instrumentais.

Com base nos seus conhecimentos de Topografia e utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, elabore uma redação que descreva o que são erros instrumentais, apresente pelo menos três exemplos de erros instrumentais que podem ocorrer em levantamentos topográficos e explique de que forma esses erros podem comprometer a precisão e a confiabilidade dos dados levantados. Por fim, indique procedimentos que podem ser adotados para identificar, minimizar ou corrigir tais erros durante a execução dos trabalhos de campo.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Os erros instrumentais são aqueles decorrentes de imperfeições, desajustes, desgaste ou falta de calibração dos equipamentos utilizados nos levantamentos topográficos. Esses erros afetam a precisão das medições e podem comprometer a confiabilidade dos resultados obtidos em campo.

Entre os principais exemplos de erros instrumentais destacam-se o erro de colimação, causado pelo desalinhamento da linha de visada do instrumento; o erro do eixo vertical ou horizontal, decorrente de defeitos no sistema de nivelamento; e erros relacionados à gradação incorreta de círculos e miras, que provocam leituras imprecisas. Em equipamentos eletrônicos, também podem ocorrer erros associados aos sensores e aos sistemas de medição de distância.

Esses erros podem gerar inconsistências nas coordenadas dos pontos levantados, diferenças de nível incorretas e distorções na representação do terreno, comprometendo projetos de engenharia, locações e cadastros.

Para identificar e minimizar esses problemas, devem ser realizados procedimentos de verificação periódica, calibração e aferição dos instrumentos, além da execução de medições de controle e observações redundantes. A manutenção preventiva dos equipamentos e o treinamento adequado da equipe também contribuem para reduzir a ocorrência de erros instrumentais.

Dessa forma, o conhecimento das fontes de erro e a adoção de medidas de controle de qualidade são fundamentais para garantir a precisão e a confiabilidade dos levantamentos topográficos.

CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL JÚNIOR

QUESTÃO 01

O Complexo Hidrelétrico de Itaipu é uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo e um importante símbolo da geração de energia renovável no Brasil. Localizado no rio Paraná, próximo às Cataratas do Iguaçu, um dos principais patrimônios naturais do país, esse contexto evidencia tanto o potencial energético quanto a necessidade de preservação ambiental. Considerando esse cenário, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, sobre a relação entre a produção de energia hidrelétrica e os impactos socioambientais, destacando também o papel das energias renováveis na matriz energética brasileira.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

- Conceito de recursos energéticos e diferenciação entre fontes renováveis e não renováveis;
- Importância da energia hidrelétrica na matriz energética brasileira;
- Vantagens da geração hidrelétrica (baixa emissão de gases de efeito estufa, fonte renovável, alta capacidade de geração);
- Impactos ambientais (alagamento de áreas, perda de biodiversidade, alterações nos ecossistemas aquáticos); Impactos sociais (deslocamento de populações, mudanças econômicas regionais);
- Relação entre empreendimento energéticos e áreas de preservação;
- Importância do licenciamento ambiental e planejamento sustentável;
- Diversificação da matriz energética (solar, eólica, biomassa);
- Desenvolvimento sustentável e equilíbrio entre energia e conservação ambiental.

CARGO: ENGENHEIRO CARTÓGRAFO JÚNIOR

QUESTÃO 01

A representação precisa da superfície terrestre e a localização exata de pontos no globo são desafios históricos que impulsionaram o desenvolvimento da cartografia. Para padronizar o posicionamento global e viabilizar desde a navegação até a confecção de mapas precisos, a humanidade desenvolveu sistemas matemáticos de referência espacial baseados na geometria da Terra.

A partir do texto acima e em seus conhecimentos sobre os fundamentos da cartografia, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, conceituando o Sistema de Coordenadas Geográficas e explicando as diferenças entre Latitude e Longitude, citando, obrigatoriamente, as suas respectivas linhas de origem/referência.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Os conceitos e diferenciações solicitados para a prova discursiva são: conceito de Sistema de Coordenadas Geográficas, definição de Latitude (com sua linha de origem) e definição de Longitude (com sua linha de origem).

Sistema de Coordenadas Geográficas: O candidato deve conceituar como um sistema de linhas imaginárias (formado por paralelos e meridianos) criado com a finalidade de localizar com exatidão qualquer ponto na superfície terrestre.

Latitude: O candidato deve explicar que é a distância, medida em graus, de qualquer ponto paralelo da superfície terrestre até a linha do Equador. Deve citar que a linha de origem/referência é a Linha do Equador (0°), podendo variar de 0° a 90° para o Hemisfério Norte (N) ou Hemisfério Sul (S).

Longitude: O candidato deve explicar que é a distância, medida em graus, de qualquer ponto da Terra até o Meridiano de Greenwich. Deve citar que a linha de origem/referência é o Meridiano de Greenwich (0°).

Fonte: <https://atlascolar.ibge.gov.br/cartografia/21730-coordenadas-geograficas.html>

CARGO: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO JÚNIOR

QUESTÃO 01

A gestão da segurança e saúde no trabalho passou por importantes atualizações normativas nos últimos anos, consolidando novos parâmetros para a atuação das empresas na proteção de seus colaboradores. Nesse cenário de transição e adequação legal, a elaboração e a implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) tornaram-se exigências centrais, demandando do profissional de Engenharia de Segurança do Trabalho o pleno domínio técnico sobre a sua finalidade e a sua composição obrigatória. Considerando o texto apresentado e os seus conhecimentos técnicos, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, explicando o que visa o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), além de citar e descrever os dois documentos mínimos que devem compor este programa.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Os tópicos solicitados para a prova discursiva são: a finalidade do PGR e a citação com a respectiva descrição dos seus dois documentos mínimos.

O que visa o PGR: O candidato deve explicar que o PGR visa à melhoria contínua das condições da exposição dos trabalhadores por meio de ações multidisciplinares e sistematizadas.

Documentos Mínimos: O candidato deve citar e descrever os 2 (dois) seguintes documentos:

Inventário de Riscos Ocupacionais: que compreende as etapas de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, de modo a estabelecer a necessidade de medidas de prevenção.

Plano de Ação: onde se estabelecem as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, de modo a eliminar, reduzir ou controlar os riscos ocupacionais.

Fonte: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/pgr>

CARGO: FARMACÊUTICO JÚNIOR

QUESTÃO 01

Um farmacêutico recém-empossado em uma Secretaria Municipal de Saúde foi designado para compor a equipe de Planejamento em Saúde do município. Durante a primeira reunião de trabalho, o gestor enfatizou que todas as ações da Assistência Farmacêutica devem estar rigorosamente alinhadas às finalidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, o planejamento municipal não pode se restringir à simples entrega de medicamentos, mas deve atuar nas causas determinantes dos problemas de saúde da comunidade local, promovendo impacto efetivo sobre os determinantes sociais da saúde.

Com base na Lei nº 8.080/1990, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde, obrigatoriamente, a forma como as ações e serviços de saúde, executados direta ou complementarmente, devem ser organizados em relação à sua estrutura de rede; a descrição dos três objetivos fundamentais que norteiam o Sistema Único de Saúde (SUS), constantes na referida legislação e o caráter sob o qual é permitida a participação da iniciativa privada no SUS, os instrumentos jurídicos utilizados para essa formalização e quais entidades possuem preferência nessa participação.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

As ações e serviços de saúde que compõem o Sistema Único de Saúde, executados de forma direta pelo Poder Público ou por meio da participação da iniciativa privada, devem ser organizados obrigatoriamente de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente (Art. 8º).

Para que o planejamento em saúde alcance a resolutividade esperada, ele deve observar os três objetivos fundamentais do SUS: a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde (Art. 5º, I); a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do dever do Estado de garantir a saúde mediante a redução de riscos de doenças (Art. 5º, II); e a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação, integrando atividades preventivas e assistenciais (Art. 5º, III).

Quanto à colaboração do setor particular, a iniciativa privada poderá participar do SUS em caráter complementar (Art. 4º, § 2º). Essa participação ocorre quando as disponibilidades do setor público forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área (Art. 24). A referida participação complementar deve ser obrigatoriamente formalizada mediante contrato ou convênio, observadas as normas de direito público (Art. 24, Parágrafo Único), sendo que, nesta hipótese, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (Art. 25).

Fonte:

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e

recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990].

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA JÚNIOR

QUESTÃO 01

Durante o processo de modernização e desburocratização dos serviços públicos na esfera municipal, a chefia da Vigilância Sanitária reuniu a equipe de fiscais para alinhar os procedimentos de emissão de licenças com base no modelo de gerenciamento de risco adotado no Estado do Paraná. O coordenador enfatizou que o início das operações de determinados estabelecimentos comerciais deve ocorrer de forma célere, substituindo a vistoria prévia por atos declaratórios e pelo fortalecimento das ações fiscalizatórias em momento posterior. Com base nas diretrizes e regras fixadas pela Resolução SESA/PR nº 1034/2020, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que nomeie os dois documentos de habilitação emitidos pela Vigilância Sanitária para os estabelecimentos de Alto Risco e de Médio Risco, respectivamente; explique o trâmite de concessão da licença para as atividades de Médio Risco, detalhando se há inspeção prévia, qual o prazo máximo legal para sua concessão e qual documento formal deve ser obrigatoriamente assinado pelo representante legal da empresa e apresente o conceito legal de Ações de pós-mercado e cite três exemplos de atividades de fiscalização que podem ser executadas pela autoridade sanitária sob esse escopo, independentemente do grau de risco do estabelecimento.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O modelo de licenciamento paranaense emite a Licença Sanitária para estabelecimentos de Alto Risco (Art. 2º, XIII) e a Licença Sanitária Simplificada para os de Médio Risco (Art. 2º, XIV).

O trâmite para as atividades de Médio Risco ocorre sem inspeção sanitária e sem análise documental prévias, sendo a licença concedida no prazo máximo de 10 dias corridos (Art. 12, caput e §1º). O início da operação baseia-se em ato declaratório, exigindo-se a assinatura compulsória do Termo de Ciência e Responsabilidade pelo representante legal, que assume a veracidade das informações (Art. 12, §3º).

As ações de pós-mercado consistem na verificação do cumprimento da legislação sanitária de alimentos, produtos e serviços, a qualquer tempo, para prevenir riscos e proteger a saúde (Art. 2º, I). Sob esse escopo, o fiscal atua posteriormente à emissão da licença (Art. 12, §4º) e, independentemente do risco, pode realizar inspeções programadas, investigação de notificações de eventos adversos (ou queixas técnicas) e coleta de amostras para análise laboratorial (Art. 10).

Fonte:

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. Resolução SESA nº 1034, de 24 de agosto de 2020. Define o grau de risco sanitário das atividades econômicas, regulamenta os procedimentos para o licenciamento sanitário no Estado do Paraná e dá outras providências. Fundamentação da resposta: Art. 2º, incisos I, XIII, XIV e XVI; Art. 10; Art. 12, caput e §§ 1º e 3º.

CARGO: FONOAUDIÓLOGO JÚNIOR

QUESTÃO 01

Com base em seus conhecimentos, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que defina o que são os Transtornos Motores de Fala e como podem se manifestar no organismo, conforme cada tipo de transtorno.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Falar é um ato motor, a facilidade com que contamos uma história para a outra pessoa leva-se a acreditar que a aparelhagem e circuitaria envolvidos para a produzir a fala, é um sistema simples (Costa, 2008). O sistema de classificação de transtornos dos sons da fala dispõe de transtornos motores da fala (TMF) em quatro categorias: apraxia da fala na infância, disartria, apraxia e disartria simultâneos, além do atraso motor da fala (Shriberg et al., 2010, Shriberg & Wren, 2019). A atuação fonoaudiológica junto aos TMF, principalmente em crianças, se ocupa em avaliar, diagnosticar e tratar esses tipos de patologias através da elaboração de um plano terapêutico individual elaborado pelo fonoaudiólogo (Fish, 2019).

Segundo os autores Crosbie et al., (2005) com o tratamento desses transtornos, pretende-se auxiliar a programação dos órgãos fonoarticulatórios e o planejamento motor envolvido na fala, para obter a coarticulação precisa das palavras e frases, e assim efetivar a comunicação verbal. Para o tratamento dessas patologias, alguns autores evidenciaram sucessos em intervenções utilizando os princípios da aprendizagem motora (Maas et al., 2008).

A literatura a respeito do tratamento dos diagnósticos de apraxia da fala na infância e atraso motor de fala recomenda a prática intensiva de emissões-alvo como um componente essencial para o progresso da terapia (Maas et al., 2008; Fish, 2019).

Ou seja, o fonoaudiólogo deve eleger quais as palavras que a criança deve praticar e repetir. Os autores Maas et al. (2008) sugerem que compreender como o sistema motor de fala se reorganiza, pode fornecer informações muito importantes sobre a aprendizagem motora e o tratamento desses transtornos.

CARGO: MÉDICO DA FAMÍLIA
QUESTÃO 01

Leia o caso a seguir.

O Dr. Lucas acompanha Amora, 35 anos, há cerca de 2 anos. Amora vive com HIV, é extremamente aderente ao Tratamento Antirretroviral (TARV), porém ainda apresenta carga viral de 1500 cópias/mL.

Amora casou-se há seis meses com Paulo. Ele é um homem carinhoso, mas Amora nunca teve coragem de revelar seu diagnóstico, temendo o estigma e o fim do relacionamento. Ela esconde os medicamentos no frasco de vitaminas e inventa desculpas para as idas à UBS. O conflito atingiu o limite quando Paulo sugeriu que parassem de usar preservativos para tentarem uma gravidez.

Ela confessa ao Dr. Lucas:

"Doutor, eu o amo e não quero perdê-lo, mas me sinto uma criminoso por não contar. Ao mesmo tempo, tenho pavor de que ele me veja como uma 'doente'. Ele já fez comentários preconceituosos sobre vizinhos... eu não aguento o peso dessa mentira, mas não sei como falar."

Amora pede que o Dr. Lucas "dê um jeito" de contar para Paulo sem que pareça que ela escondeu isso de propósito, ou que ele ajude a manter o segredo mesmo durante o pré-natal, caso ela engravide.

Tendo como base o Código de Ética Médica, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que responda: se Amora se recusa a contar, e exigir que o Dr. Lucas mantenha o sigilo, mesmo sabendo que o casal pretende ter relações desprotegidas, qual deve ser a postura do médico segundo o parecer do Conselho Federal de Medicina?

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O médico não deve quebrar o sigilo de imediato. A conduta inicial é o aconselhamento exaustivo, mostrando as vantagens da revelação e oferecendo mediação. Caso a paciente mantenha a recusa e persista a exposição do parceiro a risco, o médico deve informá-la que, por dever ético e proteção ao terceiro, a revelação será feita.

O art. 73 do código de ética médica diz que é vedado ao médico "revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente". Nesse caso, o motivo é justo, pois o sigilo põe em risco a vida de um terceiro.

A quebra do sigilo, nesta situação específica, não é uma punição à paciente, mas uma medida profilática para evitar danos irreparáveis à saúde do terceiro. Ao agir desta forma, o médico não viola a confiança da paciente, mas cumpre seu papel de garantidor da segurança biológica, agindo dentro dos limites éticos ao transformar a crise em um processo de educação e cuidado para o casal. A revelação, quando feita de forma orientada, permite que Paulo passe a integrar a rede de proteção e suporte de Amora, promovendo um ambiente de cuidado real, em vez de uma ilusão baseada em ocultação.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO JÚNIOR

QUESTÃO 01

A tuberculose bovina é uma enfermidade infectocontagiosa de grande importância para a saúde animal, saúde pública e para a cadeia produtiva da carne e do leite, devido ao seu potencial zoonótico e aos prejuízos econômicos decorrentes das medidas de controle e erradicação.

Considerando a legislação sanitária vigente, os programas oficiais de controle da doença e os procedimentos de inspeção de animais destinados ao abate, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde: o agente etiológico da tuberculose bovina e suas principais características; A importância da inspeção ante mortem na identificação de animais suspeitos da doença; Os principais achados observados durante a inspeção pós-mortem e sua relevância para o julgamento sanitário das carcaças e vísceras; As formas de transmissão da doença entre os animais e as vias de transmissão para o ser humano; A existência ou não de vacinação para tuberculose bovina no Brasil e a justificativa para sua utilização ou restrição;

A classificação da doença quanto à notificação obrigatória e a importância da comunicação dos casos aos órgãos oficiais de defesa sanitária e a relevância da inspeção sanitária e da vigilância epidemiológica para o controle da enfermidade e para a proteção da saúde pública.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A tuberculose bovina é uma doença infectocontagiosa crônica causada principalmente por Mycobacterium bovis, bactéria pertencente ao Complexo Mycobacterium tuberculosis. Trata-se de uma importante zoonose, com impactos na saúde pública, na produção animal e no comércio de produtos de origem animal.

No Brasil, a doença é de notificação obrigatória aos serviços oficiais de defesa sanitária animal, uma vez que integra os programas de vigilância e controle do Ministério da Agricultura. A notificação é fundamental para a adoção de medidas de investigação epidemiológica, saneamento dos rebanhos e prevenção da disseminação da enfermidade.

A transmissão entre os bovinos ocorre principalmente pela via respiratória, por meio da inalação de aerossóis eliminados por animais infectados. Também pode ocorrer pela ingestão de água, alimentos ou leite contaminados. Nos seres humanos, a infecção pode ocorrer pelo consumo de leite cru e derivados não pasteurizados, bem como pela inalação de aerossóis durante o contato direto com animais infectados.

A inspeção ante mortem possui papel importante na identificação de animais suspeitos, observando sinais como

emagrecimento progressivo, fraqueza, tosse crônica e dificuldade respiratória. Esses achados permitem atenção especial durante o abate e direcionam a inspeção pós-mortem.

Na inspeção pós-mortem, as lesões características incluem nódulos granulomatosos com áreas de necrose caseosa e calcificação, encontrados principalmente nos pulmões e linfonodos. A avaliação da extensão dessas lesões é essencial para o julgamento sanitário. Lesões localizadas podem resultar em condenação parcial das partes afetadas, enquanto lesões generalizadas determinam a condenação total da carcaça e das vísceras.

Atualmente, não é permitida a vacinação de bovinos contra a tuberculose no Brasil. Essa medida visa evitar interferências nos testes diagnósticos utilizados pelos programas de controle e erradicação da doença.

Portanto, a inspeção sanitária associada à vigilância epidemiológica constitui ferramenta indispensável para o controle da tuberculose bovina, protegendo a saúde animal, a saúde humana e garantindo a segurança dos alimentos de origem animal.

CARGO: PSICÓLOGO EDUCACIONAL JÚNIOR

QUESTÃO 01

Um Psicólogo Educacional, é solicitado pela equipe diretiva de uma unidade escolar para intervir em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental. Segundo o relato da professora, há "quatro ou cinco alunos que apresentam sérios problemas de aprendizagem e comportamento hiperativo", impedindo o andamento das aulas. A diretora solicita que o psicólogo atue de forma a "corrigir" os alunos individualmente, a fim de sanar qualquer dificuldade que possa levar a diminuição de rendimento da turma, incluindo aplicação de testes individuais e encaminhamentos externos para medicalização dos alunos.

Com base nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica (CREPOP), na Lei nº 13.935/2019 e na Nota Técnica CFP nº 8/2023, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que: explique por que focar exclusivamente no diagnóstico individual pode mascarar problemas do processo de ensino-aprendizagem; Descreva o objetivo principal da legislação que integra psicólogos na escola quanto ao suporte à qualidade do ensino e aos alunos e, por fim, sugira duas ações institucionais (não individuais) que o psicólogo pode realizar com professores ou com a turma para melhorar o ambiente escolar.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O candidato deve explicar que o diagnóstico individual isolado tende a culpabilizar o aluno pelo seu fracasso, ignorando que as dificuldades podem ser fruto de métodos pedagógicos inadequados ou de relações interpessoais desgastadas no ambiente escolar (patologização).

O objetivo é a atuação multiprofissional para atender às necessidades de melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, colaborando com a elaboração e execução do projeto político-pedagógico.

O candidato pode (além de outras que atendam a solicitação) sugerir: 1. Rodas de conversa com professores: Para discutir estratégias de manejo de sala e suporte emocional ao docente. 2. Grupos de convivência com os alunos: Para trabalhar mediação de conflitos e o fortalecimento de vínculos na turma.

CARGO: PSICÓLOGO JÚNIOR

QUESTÃO 01

A psicose não é apenas uma questão de saúde mental, é também uma questão social, sendo necessário políticas públicas que considerem as condições de vida dessas pessoas.

Pensando nisso, elabore uma redação utilizando, no máximo 30 (trinta) linhas, que defina o que é a psicose, assim como seus sinais/sintomas e como o profissional Psicólogo pode ajudar pessoas nessas condições.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

As psicoses são transtornos mentais que afetam a capacidade da pessoa de discernir entre o que é e o que não é real. Seus sintomas mais característicos, que serão explicados adiante, são: delírios, alucinações, desorganização do pensamento e da comunicação, e isolamento social. A esquizofrenia é considerada o tipo de psicose mais grave porque seus sintomas são mais intensos e persistentes, podendo levar à deterioração de funções cognitivas e sociais, e acarretar maior prejuízo na vida pessoal e familiar. A esquizofrenia começa em geral entre as idades de dezesseis e vinte e cinco anos, mas a dificuldade de se reconhecer e compreender a doença geralmente retarda o diagnóstico e o início do tratamento correto. O diagnóstico precoce das psicoses e da esquizofrenia pode contribuir para o melhor tratamento, e assim diminuir o sofrimento e a incapacidade gerada pela doença. Por isso é importante que se conheçam seus principais sintomas:

Entre os sintomas mais comuns presentes nas psicoses estão os delírios e as alucinações.

Os delírios podem ser descritos como falsas crenças fixas a respeito da realidade, alterações do pensamento que colocam o indivíduo frente a uma percepção falsa ou sem sentido dos acontecimentos à sua volta. Exemplos comuns de delírios são a convicção de que outras pessoas o perseguem ou a ideia fixa de que se tem uma missão grandiosa a realizar na Terra.

Os delírios inicialmente aparecem como impressões distorcidas a respeito de sinais que a pessoa percebe como enviados para si ou dificuldade de distinguir seus pensamentos como realidade ou imaginação. Por exemplo, as

As pessoas podem acreditar que estão recebendo mensagens da televisão ou que os acontecimentos do dia a dia estão especialmente relacionados a ela (auto referência). Com o tempo essas impressões vão se solidificando e constituindo certezas, guiando as ações da pessoa afetada pela psicose. Como são percepções fixas, torna-se muito difícil convencer a pessoa a perceber a natureza de seus pensamentos.

Por sua vez, as alucinações são alterações dos sentidos (também chamadas alterações da sensopercepção, ou relacionadas aos sentidos da audição, visão, olfato, tato e paladar). As alucinações são vivenciadas quando o indivíduo ouve, vê ou sente coisas que outras pessoas usualmente não percebem. Podem se tratar, por exemplo, de ouvir vozes sussurrando, conversando entre si ou julgando as ações da pessoa que as ouve. As alucinações auditivas são as mais comuns na psicose, mas ocorrem também com certa frequência as alucinações olfativas (tais como sentir cheiros inexistentes) e visuais (como ver coisas ou pessoas que outros não veem).

A queda no funcionamento diz respeito ao desinteresse nas relações, atividades e no autocuidado, além de isolamento e prejuízo de funções cognitivas como memória, atenção e concentração e capacidade de executar ações planejadas. Somado a isto, pode ser que a pessoa apresente também uma certa desorganização em suas atitudes (tais como agitação ou paralisação repentinos ou começar a falar sozinha), e em suas emoções (como rir ou ficar com raiva sem um motivo aparente) e em seu discurso, que pode se tornar difícil de entender, com menos nexos, mais lento ou mais rápido do que de costume.

Devido a estas vivências perturbadoras e de difícil compreensão, a pessoa afetada tende a se afastar de seus amigos e familiares, tendo dificuldade em manter seu trabalho ou os estudos como anteriormente. Ela frequentemente se sente só, vivenciando experiências que não consegue compartilhar com os outros e sofrendo de angústia, dificuldade para dormir ou mesmo outros sinais como não se reconhecer mais, ficando confusa sobre onde está e quem é, bem como sobre o mundo ao seu redor. Outra reação muito comum de pessoas que passam por estas vivências decorrentes da psicose é a perplexidade diante do que vivencia e de sua relação com o mundo ao seu redor.

CARGO: SANITARISTA JÚNIOR

QUESTÃO 01

Durante uma investigação epidemiológica de campo para o controle de um surto de arboviroses no município, a equipe técnica de vigilância identificou a necessidade iminente de alertar a população local sobre os riscos de contaminação e, simultaneamente, planejar ações estruturadas de médio e longo prazo para o enfrentamento do problema junto aos órgãos de controle social.

Com base nas premissas da Política Nacional de Vigilância em Saúde e nas diretrizes do sistema de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que apresente o conceito de Vigilância em Saúde e cite as quatro vertentes (áreas) integrantes do seu campo de abrangência; No âmbito das estratégias de informação e resposta a riscos na saúde pública, diferencie a função do alerta de risco sanitário da função de comunicação do risco e indique os três instrumentos de gestão definidos pelo sistema de planejamento do SUS nos quais as metas e os indicadores para avaliação e monitoramento das ações de vigilância devem estar obrigatoriamente contidos.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Vigilância em Saúde é conceituada como o processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde. Esse campo transversal de abrangência é constituído formalmente pela articulação de quatro vertentes integradas: a vigilância epidemiológica, a vigilância sanitária, a vigilância em saúde ambiental e a vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora, atuando conjuntamente para a promoção da saúde e o controle de riscos, agravos e doenças nos territórios.

No que tange às estratégias de comunicação e resposta a eventos adversos, as diretrizes de saúde pública estabelecem distinções operacionais claras entre as suas ferramentas. O alerta de risco sanitário consiste na divulgação oportuna de informações sobre a ocorrência de eventos de risco iminente, direcionada a grupos ou à população geral, com foco na mudança imediata de comportamentos individuais ou em medidas coletivas urgentes. Por outro lado, a comunicação do risco caracteriza-se como um processo interativo e contínuo de troca de informações e opiniões entre indivíduos, grupos e instituições sobre a natureza, a magnitude e as medidas de controle das ameaças à segurança e à saúde humana.

Por fim, a mensuração e a perenidade das ações planejadas exigem que as metas e os indicadores para a avaliação e o monitoramento das políticas de vigilância sejam inseridos na rotina gerencial. As normas do sistema de planejamento determinam de forma unívoca que tais parâmetros devem constar obrigatoriamente nos três instrumentos essenciais de gestão do SUS: o Plano de Saúde (Plano Municipal de Saúde), a Programação Anual de Saúde e o Relatório Anual de Gestão, assegurando a transparência, o financiamento e o exercício do controle social.

Fonte:

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 155, p. 87-90, 13 ago. 2018. Fundamentação da resposta: Art. 2º, § 1º; Art. 3º; Art. 9º, inciso IX, alíneas "a" e "b"; Art. 15, incisos I, II e III.

CARGO: TÉCNICO DESPORTIVO JÚNIOR

QUESTÃO 01

Durante uma sessão de treinamento intervalado de alta intensidade, realizada em ambiente externo e sob temperatura elevada, um atleta adulto apresenta tontura, sudorese intensa, pele fria e úmida, além de relatar fraqueza súbita. Em seguida, interrompe a atividade e senta-se no solo, demonstrando sinais de comprometimento fisiológico agudo.

Considerando os princípios do treinamento desportivo e os protocolos de socorros de urgência aplicados à Educação Física, analise a situação apresentada e elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas que identifique o problema apresentado pelo atleta; explique, com base nos fundamentos do treinamento desportivo, os possíveis fatores que contribuíram para essa situação e, por fim, descreva a conduta profissional imediata adequada a ser adotada pelo Técnico Desportivo.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Espera-se que o candidato identifique o quadro como:

- *Exaustão pelo calor ou mal-estar fisiológico agudo decorrente do esforço*
- *Possível hipotensão pós-exercício*
- *Sinais de sobrecarga fisiológica associada ao ambiente e à intensidade*

Serão aceitas respostas que indiquem:

- *comprometimento fisiológico relacionado ao exercício*
- *resposta inadequada ao esforço em condição ambiental adversa*

O candidato deve apresentar, de forma articulada, fatores como:

- *Aplicação inadequada do princípio da sobrecarga*
- *Falha na consideração da individualidade biológica*
- *Intensidade elevada sem adaptação prévia*
- *Influência do ambiente (calor) no desempenho fisiológico*
- *Possível ausência de controle de variáveis do treino (intensidade, volume, recuperação)*
- *Hidratação insuficiente*
- *Desrespeito aos limites fisiológicos do organismo*

A resposta deve demonstrar relação entre:

- *exigência do esforço*
- *resposta orgânica*
- *condições ambientais*

Espera-se que o candidato apresente conduta imediata adequada, incluindo:

- *Interrupção imediata da atividade*
- *Remoção do atleta para local fresco ou sombreado*
- *Colocação do atleta em repouso*
- *Elevação dos membros inferiores (quando aplicável)*
- *Monitoramento do estado geral (consciência, sinais vitais)*
- *Oferta de hidratação controlada (se o atleta estiver consciente)*
- *Acionamento de suporte especializado, se necessário*

Não serão aceitas como corretas condutas que envolvam:

- *Manutenção ou retomada da atividade*
- *Negligência dos sinais apresentados*
- *intervenções inadequadas ao quadro clínico*

CRITÉRIO SINTÉTICO DE CORREÇÃO

A resposta será considerada completa quando:

- *identifica corretamente o problema*
- *relaciona princípios do treinamento à situação apresentada*
- *apresenta conduta segura, coerente e tecnicamente adequada*

Respostas parciais devem ser pontuadas proporcionalmente ao nível de acerto e fundamentação apresentada.

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL JÚNIOR

QUESTÃO 01

Os terapeutas ocupacionais possuem uma competência distintiva na análise de ocupações e atividades.

Embora pareçam conceitos semelhantes, a literatura técnica estabelece distinções fundamentais entre a "Análise Ocupacional" e a "Análise da Atividade". Com base nos seus conhecimentos sobre a estrutura da prática da Terapia Ocupacional, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas sobre a diferença conceitual e prática entre análise ocupacional e análise da atividade e quais elementos (fatores, competências e padrões) o terapeuta deve considerar ao analisar as exigências de um "fazer".

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Os/as terapeutas ocupacionais são especializados na análise das ocupações e atividades e aplicam esta importante competência ao longo de todo o processo de Terapia Ocupacional. A análise ocupacional é realizada com uma compreensão da "situação específica do/a cliente e portanto... das ocupações específicas que o/a cliente quer ou precisa de fazer no contexto atual em que essas ocupações são desempenhadas" (Schell et al., 2019, p. 322). Em contraste, a análise da atividade é genérica e descontextualizada no seu objetivo e serve para desenvolver uma compreensão das exigências típicas da atividade dentro de uma determinada cultura. Muitas profissões utilizam a análise da atividade, no entanto a análise ocupacional requer a compreensão da ocupação como distinta da atividade e traz uma perspectiva de Terapia Ocupacional ao processo de análise (Schell et al., 2019).

Os/as terapeutas ocupacionais analisam as exigências de uma ocupação ou atividade para compreender os padrões de desempenho, as competências de desempenho e os fatores do/a cliente que são necessários para a realizar (Quadro 13). Dependendo do objetivo da análise, o significado atribuído e os contextos de desempenho e envolvimento na ocupação ou atividade são considerados quer de uma perspectiva subjetiva específica do/a cliente (análise ocupacional) quer de uma perspectiva geral dentro de uma determinada cultura (análise da atividade).

Gomes, D., Teixeira, L., & Ribeiro, J. (2021). Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo 4ª Edição. Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020). Politécnico de Leiria.